



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA



TERMO DE REFERÊNCIA 014/2021- PEDIDO nº 009/2021

1. OBJETO

- 1.1- Aquisição de 8.000 cestas básicas conforme anexo I para distribuição gratuita.

2. JUSTIFICATIVA

Aquisição de 8.000 cestas básicas para distribuição gratuita através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos em seus equipamentos públicos CRAS e CREAS composta por: 5 kg de Arroz, 2kg de Feijão, 2 kg de Açúcar, 1 Pct Pó de café de 500g, 1 Óleo de soja de 900ml, 2 unidades de Extrato de tomate 340g cada, 1 kg de farinha de mandioca, 1 kg de farinha de trigo, 1 kg de fubá, 500g de macarrão, 1 kg de sal, Salsicha tipo viena de 280g, papel higiênico 1 pacote c/ 4 rolos, 3 sabonetes de 90g cada, creme dental tubo de 70g, 1LT de Xarope de guaraná, 1 Pct biscoito cream cracker 400g, 2 Pct de Leite em Pó 400g cada e 1 pct de Achocolatado 400g.

A Assistência Social como Política Pública é organizada nos municípios levando em consideração a adoção de um conjunto de medidas que possibilitem afiançar direitos previstos em lei. Assim, visa o **enfrentamento da pobreza**, a **proteção a família** restabelecendo vínculos familiares, a **garantia dos mínimos sociais** e corrobora com o que preconiza a Constituição Federal de 1988 nas garantias de direitos individuais e coletivos. Também responsabiliza o Estado no sentido de **garantir o atendimento ao cidadão**.

Logo, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Habitação, responsável por ofertar no município de São Pedro da Aldeia/RJ o atendimento de Proteção Social Básica e Especial, segundo a LOAS (Lei nº 8.742 de 07/12/093), vem solicitar a **aquisição de Cestas Básicas**, produto este que diz respeito aos benefícios eventuais de caráter suplementar e provisório e que devem ser destinados as famílias e /ou cidadãos em vulnerabilidade social advindas da pobreza extrema ou miséria absoluta. A concessão das mesmas será em **caráter emergencial** para quem tem fome, e por qualquer adversidade não pode buscar seu sustento, e nem de sua família, pois muitas são as variáveis que levam esses aldeenses a indigência ou estado de mendicância.

Os **Benefícios Eventuais** são assegurados pelo art.22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), alterada pela Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. E juntamente com a prestação dos Serviços Socioassistenciais ofertados pelos CRAS e CREAS, integram as garantias orgânicas do SUAS com fundamentação nos princípios de Cidadania e Direitos Sociais e Humanos.

Tem-se também demanda por provisão de alimentos em **casos advindos de determinação judicial** e essa Secretaria pode incorrer nas penas da Lei por omissão de atendimento aos mínimos sociais. Para isso, torna-se imprescindível a aquisição de alguns gêneros alimentícios para atendimento emergencial afiançando a segurança alimentar, condição *sine qua non* a sobrevivência humana.

Acredita-se que a adoção de tal medida minimizará os problemas ora apresentados e irá compor a oferta obrigatória dos serviços cabíveis a pasta em tela.

3. TÉCNICAS QUANTITATIVAS:

- 3.1- Os quantitativos solicitados tem por base a memória de cálculo da demanda utilizada no exercício anterior, considerando principalmente, o planejamento das ações a serem executadas em 2022, levando em consideração a imprevisibilidade, já que o objeto solicitado atende às demandas oriundas pelos motivos já expostos acima.
- 3.2- Os equipamentos públicos desta secretaria que se utilizarão da referida aquisição em suas ações/atendimentos são:

3.3-

EQUIPAMENTO	ENDEREÇO
CREAS	Av. Getúlio Vargas, s/nº - Centro – em frente a Capela Mortuária Municipal
CRAS Alecrim	Rua Alfazema nº 5 –Bairro Alecrim
CRAS Balneário das conchas	Rua Nicanor Pereira dos Santos s/nº - Bairro Balneário das Conchas
CRAS Morro do Milagre	Rua Iracy dos Santos nº 7 –Bairro Morro do Milagre
CRAS São João	Rua Timóteo Duarte, 165 A, Q3, LT 12 – Bairro Parque Estoril
CRAS Porto da Aldeia	Av. Saputiaba nº 51 – Bairro Porto da Aldeia
CRAS Rua do Fogo	Rua Projetada C Lote 11 Qd. D. Lot. Flamboyant – Bairro Rua do Fogo

4. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTOS

- 4.1- O fornecimento deverá ser efetuado com prazo de entrega não superior a 15 (quinze dias), contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.
- 4.2- Com entregas a serem acordadas entre a contratada e a contratante, nos equipamentos desta secretaria conforme item 3.3 do Termo de Referência de forma parcelada, quando assim determinado e previamente avisado, de acordo com a demanda dos equipamentos acima mencionados.
- 4.3- Os produtos deverão ser entregues dentro do prazo de validade (mínimo de 02 meses), correndo por conta da empresa vencedora, toda despesa necessária à satisfação do fornecimentos dos produtos.
- 4.4- As cestas deverão ser montadas com todos os itens constantes do pedido inicial, devidamente acondicionadas em embalagem plástica transparente, atóxica, adequada e reforçada.
- 4.5- Os itens que compõem a cesta básica deverão ser julgados em lotes; esses lotes deverão conter TODOS os itens solicitados no pedido inicial, de forma que nenhum deles fique sem cotação.

5. CONDIÇÕES DE GUARDA E ARMAZENAMENTO:

- 5.1- Os produtos serão armazenados nos Equipamentos desta secretaria (tabela item 3.3 do termo de referência), de segunda a sexta-feira de 08:30hs até 17:00hs.

6. PRAZO: A presente contratação será de 12 (doze meses).

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: A contratada obriga-se:

- 7.1- Efetuar a troca dos produtos que não se encontrarem em perfeitas condições, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo procedência e prazo de garantia;
- 7.2- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12,13 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

7.3- O dever previsto no subitem 4.2 implica na obrigação de, a critério da SASDH, substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o produto com baixa qualidade e data de validade vencida;

7.4- Atender prontamente a quaisquer exigências da SASDH, inerentes ao objeto da presente licitação.

7.5- Comunicar à SASDH no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.6- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.7- Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

7.8- Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: A contratante obriga-se a:

8.1- Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

8.2- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidores especialmente designados;

8.3- Efetuar o pagamento no prazo previsto;

8.4- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO: A fiscalização da contratação será exercida por um representante da SASDH, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e tudo dará ciência à SASDH.

10. AVALIAÇÃO DO CUSTO:

10.1 O custo estimado global da presente aquisição será o consolidado na cotação.

11. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

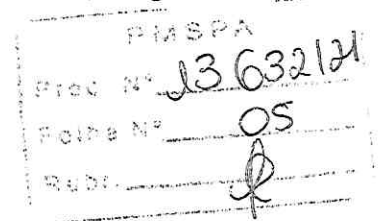
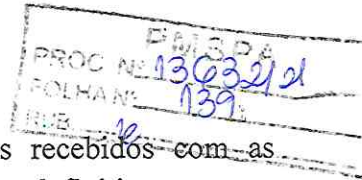
11.1 A presente despesa correrá a conta do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

- 3390329900 – OUTROS MATERIAIS DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, Programa de Trabalho 08.244.050.2.166 - Fonte de Recursos PRÓPRIOS.

10. CONDICIONALIDADES, LEGISLAÇÃO, NORMAS

12.1 Condições para o cofinanciamento

- **Conselhos de Assistência Social**, Conselho Municipal de Assistência Social em funcionamento;
- **Plano de Assistência Social**, que tenham metas de ação estabelecidas aprovado pelo respectivo CMAS;
- **Fundo Municipal de Assistência Social**, em funcionamento cuja proposta orçamentária deverá constar dos Programas Anuais e Plurianuais do governo e aprovado pelo respectivo Conselho de Assistência Social (Lei 8.742/93, Art. 16);



- **Comprovação orçamentária dos recursos próprios**, destinados à Assistência Social, alocados no respectivo fundo (Lei nº 9.720, de 30 de março de 1998) e
- **Plano de Ação**, instrumento anual de planejamento das ações socioassistenciais a serem desenvolvidas com os recursos oriundos do cofinanciamento federal e estadual para o SUAS, mediante repasses financeiros para os Fundos Municipais de Assistência Social (FMAS)

A única exceção em que poderá haver transferência de recursos para o financiamento de ações não previstas no Plano de Ação anual é a ocorrência de situações emergenciais ou de calamidade pública que exijam a atuação do órgão gestor da política de assistência social. Neste caso, o financiamento dessas ações deve ser comprovado nos processos de prestação de contas.

PMAS
Proc. N° 13.632/21
Folha N° 06
Rubrica

12.2 Gerais

- **Lei nº 4.320/1964** - Normas do Direito Financeiro;
- **Constituição Federal/1988**: Estabelece a Assistência Social como direito e Política Social;
- **Decreto 5.085/2004**: Dispõe sobre as ações continuadas da Política de Assistência Social;
- **Lei nº 8.666/1993** - Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;
- **Lei nº 8.742/1993 LOAS**, alterada pela Lei nº 12.435/2011 - Dispõe sobre a Organização da Assistência Social e prevê o cofinanciamento dos serviços socioassistenciais;
- **Resolução CNAS nº 269/2006** – Aprova a NOB-RH/SUAS;
- **Resolução CNAS nº 109 /2009** - Estabelece a “Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais”, onde estão enumerados os serviços tipificados e, a partir destes, a classificação dos recursos materiais, físicos e humanos necessários;
- **Lei 12.101/2009 CEBAS** (Certificado de Entidades Beneficentes da Assistência Social);
- **Lei 12.470/ 2011** que altera a LOAS no que se refere à relação do BPC com a situação de trabalho;
- **NOBSUAS/2005 E 2012** – Dispõe sobre o modelo de organização, gestão, financiamento e controle social do SUAS;
- **Resolução nº 21 de 05/12/2013** – Comissão Intergestores Tripartite;
- **Nota Técnica SGS/SSASDG Nº 01/2013**: Esclarecimentos sobre a gestão financeira do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – ATUALIZADA EM 09/07/2014;
- **MDS, Relatório do Pacto de Aprimoramento do SUAS**, Brasília 2014;
- **Orientações técnicas** sobre Benefícios Eventuais no Sistema Único da Assistência Social – SUAS, com base na Resolução CNAS nº 212/2006 e no Decreto nº 6.307/2007 e Decreto de alteração 8805/2016;
- **MDS, II Plano Decenal (2016-2026)** Brasília, 2016;
- **Portaria nº 2.601, de 06/11/2018** – Utilização de recursos fundo a fundo
- **Os Cadernos de Orientações** (CRAS, CREAS, CENTRO POP, IGDSUAS, etc.).
- **Lei Municipal nº 04/2006** – Plano Diretor de Cabo Frio;
- **Lei Municipal 250/2013** – SIMAS (Sistema Municipal de Assistência Social, Cabo Frio 2013;
- **Lei Municipal 2.503/2013** – Lei Benefícios Eventuais, Cabo Frio, 2013;
- **Decreto Municipal 5613/2017** – Reforma Administrativa de Cabo Frio;
- **Decreto Municipal Nº 5.910** de 29 de outubro de 2018.
- **Decreto Municipal Nº 5.925** de 11 de dezembro de 2018.

PMAS
PROC. N° 13.632/21
FOLHA N° 06
RUB.

a. Cofinanciamento Estadual

- **Decreto Nº 42.725/2010** – Dispõe acerca das transferências de recursos do FEAS para FMAS.
- **RESOLUÇÃO SEASDH Nº 340/2011**, dispõe sobre a transferência de recursos pelo modelo “fundo a fundo”;

- **Resolução SEASDH Nº424/2012** – Dispõe a aplicação dos recursos do cofinanciamento estadual para os Fundos Municipais de Assistência Social;
- **Instrução Normativa 11/2011** - Dispõe sobre a prestação de contas do cofinanciamento estadual fundo a fundo para o SUAS.

PMSPA
PROC Nº 13632/21
FOLHA Nº 04
RUB. 10

b. Cofinanciamento Federal

- **PNAS/2004** – Política Nacional de Assistência Social: define o financiamento federal por "pisos" e critérios de partilha de recursos pautados em diagnósticos de demandas sociais;
- **Portarias MDS nº. 440 e 442/2005** – Define os pisos de Proteção Social Especial e Básica, respectivamente;
- **Resolução CNAS nº32/2011** – Estabelece percentual dos recursos do SUAS para pagamento dos profissionais que integrarem as equipes de referência;
- **Decreto 7.788/2012** – Regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social; Resolução CIT nº 3, de 1º de março de 2012 que dispõe sobre a Expansão Qualificada e o Reordenamento de Serviços Socioassistenciais de Proteção Social Especial;
- **Resolução CNAS nº 06/2012** - Aprova os critérios para expansão qualificada 2012 do cofinanciamento federal e o reordenamento dos serviços socioassistenciais de Proteção Social Especial;
- **Resolução CNAS nº 13/2012** - Estabelece os requisitos e critérios de partilha do cofinanciamento federal para apoio às ações de articulação, mobilização, encaminhamento, monitoramento, bem como estratégias para a inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho para municípios e Distrito Federal para o exercício de 2012, conforme o disposto na Resolução CNAS nº 33/2011.

c. Consultas:

- <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index>
- <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/financiamento/perguntasfrequente>
- <http://mds.gov.br/>
- <http://blog.mds.gov.br/redesuas/>
- <http://www.rj.gov.br/web/seasdh>

PMSPA
Proc Nº 13632/21
Folha Nº 04
Rub. 10

Cabe ressaltar que as ações socioassistenciais têm caráter sistemático, pois visam ao atendimento periódico e sucessivo (PNAS/2004; Decreto Federal nº 5.085/2004; Decreto Estadual nº 42.372/2010). Portanto, essas ações não podem sofrer qualquer tipo de interrupção, seja de financiamento ou de oferta.

São Pedro da Aldeia, 16 de dezembro de 2021.

Thanny Pavão
RESPONSÁVEL PELO PEDIDO
Thanny Pavão das Neves

Aprovo em, 16 de dezembro de 2021

Diana Alves Leonardo

Diana Alves Leonardo
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
E DIREITOS HUMANOS

ANEXO I

ITEM	QUANT	UND	ESPECIFICAÇÃO
1	8.000	und	Cesta básica composta dos seguintes gêneros alimentícios: 5 kg de Arroz , 2kg de Feijão, 2 kg de Açúcar, 1 Pct Pó de café, 1 Óleo de soja, 680g de Extrato de tomate, 1 kg de farinha de mandioca, 1 kg de farinha de trigo, 1 kg de fubá, 500g de macarrão, 1 kg de sal, Salsicha tipo viena de 280g, papel higienico 1 pacote c/ 4 rolos, 3 sabonetes de 90g cada, creme dental tubo de 70g, 1LT de Xarope de guaraná, 1 Pct biscoito cream cracker 400g, 2 Pct de Leite em Pó 400g cada e 1 pct de Achocolatado 400g.
DETALHAMENTO DOS ITENS			
01	1	pct	arroz, agulhinha c/ 5 kg
02	2	kg	feijão preto, pacote c/ 1 kg
03	2	kg	açúcar, pacote c/ 1kg
04	1	pct	pó de café, pacote c/ 500 gr
05	1	um	óleo de soja, embalagem c/ 900ml
06	2	um	extrato de tomate, embalagem c/ 340 g
07	1	kg	farinha de mandioca, embalagem c/ 1kg
08	1	kg	farinha de trigo, embalagem c/ 1kg
09	1	kg	fubá, embalagem de 1kg
10	1	um	macarrão tipo espaguete, embalagem de 500g
11	1	kg	sal, pacote de 1 kg
12	1	um	salsicha, tipo Viena, embalagem de 280g
13	1	pct	papel higiênico, pacote c/ 4 rolos
14	3	um	sabonete, 90g
15	1	um	creme dental , tubo de 70g
16	1	um	xarope de guaraná - 1 Lt
17	1	Pct	biscoito cream cracker 400g
18	2	pct	leite em pó integral 400g
19	1	pct	achocolatado em pó 400g

